



CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ 02.671.743/0001-19

Rua Gomes de Carvalho, 1195-4º Andar
São Paulo/SP-Fone 3842-1122

Relatório da Diretoria

Senhores Quotistas: Submetemos à sua apreciação, as Demonstrações Financeiras da CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., correspondentes às atividades desenvolvidas durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes. É indispensável traduzir o reconhecimento da CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ao trabalho de seus colaboradores, ao apoio de seus quotistas e, finalmente, à confiança de seus clientes que, neste exercício, continuaram a prestigiar a organização como sempre o fizeram. 30 de Março de 2020. **A Administração**

| Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais) | | | | |
|---|-------|--------------|--------------|--|
| Ativo | Notas | 2020 | 2019 | |
| Disponibilidades em moeda nacional | 4 | 2.997 | 359 | |
| Outros créditos | 10.a) | 2.348 | 2.009 | |
| Diversos | | 1.030 | 551 | |
| Rendas a Receber | | 1.318 | 1.358 | |
| Outros valores e bens | 7 | 48 | 23 | |
| Despesas antecipadas | | 48 | 23 | |
| Imobilizado de uso | 263 | 262 | | |
| Outras imobilizações de uso | 403 | 342 | | |
| Depreciações acumuladas | (140) | (80) | | |
| Intangível | - | 1 | | |
| Intangíveis | 3 | 3 | | |
| Amortizações acumuladas | (3) | (2) | | |
| Total do ativo | | 5.656 | 2.654 | |

| Demonstrações de resultados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | | | | |
|--|-------------|-----------|------------|------|
| e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| (Em milhares de reais, exceto prejuízo por cota) | | | | |
| | 2º Semestre | | Exercícios | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receitas da intermediação financeira | 2 | 13 | 39 | |
| Resultado de títulos e valores mobiliários | 2 | 13 | 39 | |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 2 | 13 | 39 | |
| Outras receitas/despesas operacionais | (3) | (5) | (942) | |
| Receitas de prestação de serviços | 15 | 17.447 | 18.902 | |
| Despesas de pessoal | 16 | (4.185) | (8.391) | |
| Outras despesas administrativas | 18 | (3.440) | (7.710) | |
| Despesas tributárias | 17 | (651) | (1.337) | |
| Outras despesas operacionais | (2) | (14) | (25) | |
| Resultado operacional | (1) | 8 | (903) | |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | (1) | 8 | (903) | |
| Imposto de renda | - | (1) | - | |
| Contribuição social | - | (1) | - | |
| Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício | (1) | 6 | (903) | |
| Número de cotas | 3.795.171 | 3.795.171 | 2.295.111 | |
| Lucro (Prejuízo) por cota (R\$) | (0,00) | 0,00 | (0,39) | |

| Demonstrações dos fluxos de caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|------|
| e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de Reais) | | | | |
| | 2º Semestre | | Exercícios | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Atividades operacionais | (1) | 6 | (903) | |
| Prejuízo/Lucro Líquido do semestre e exercícios | (1) | 6 | (903) | |
| Depreciações e amortizações | 32 | 62 | 45 | |
| Prejuízo (lucro) ajustado | 31 | 68 | (858) | |
| Varição de ativos e passivos | | | | |
| (Diminuição) em títulos e valores mobiliários | 522 | - | - | |
| (Aumento) Diminuição em outros créditos | 479 | (340) | (477) | |
| (Aumento) Diminuição em despesas pagas antecipadamente | (38) | (25) | 4 | |
| (Diminuição) Aumento de obrigações fiscais e previdenciárias | 647 | 2.110 | (331) | |
| Aumento em outras obrigações diversas | (86) | (497) | 576 | |
| Aumento em negociação e intermediação de valores | 72 | (98) | 101 | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | (19) | - | |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais | 1.627 | 1.199 | (985) | |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), é uma subsidiária da CM Capital Markets Latinamerica S.A. com sede em Luxemburgo, tem como objeto social a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes, prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais, exercer a intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários e demais atividades permitidas às distribuidoras de títulos e valores mobiliários. O desenvolvimento da plataforma de Administração Fiduciária (fundos de investimento) e Serviços Qualificados (escrituração, custódia e controladoria) na DTMV iniciou em 2014, que até então tinha uma situação operacional pequena com receitas provenientes da aplicação de recursos próprios. Sua criação foi essencial para viabilizar o negócio, pois ele possui uma estrutura segregada e devidamente controlada para evitar conflitos de interesse e agregar valor aos clientes. É entendimento da Administração, que a Distribuidora possui habilidade em continuar operando normalmente e não há nenhuma incerteza em dar continuidade aos seus negócios. Neste sentido, o conselho de Administração da controladora final, CM Capital Latinamerica S.A., aprovou em janeiro de 2020 um aumento de capital no montante de R\$1.500, a fim de garantir a estabilidade e continuidade do negócio sob qualquer eventualidade. Referido aumento foi integralizado e homologado junto ao Banco Central do Brasil (BACEN). **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Distribuidora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que contemplam as normas do Conselho Monetário Nacional-CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A elaboração destas demonstrações financeiras observou o disposto na Resolução BC/192 emitida em 12 de agosto de 2020 passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante nas notas explicativas. Foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatos subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Sujeita a essas estimativas e premissas, está a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários e a provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em variações divergentes em razão de imprevistos inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Em adição ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) emite diversas normas relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

| Resolução CMN | |
|--|----------|
| CPC 00 (R1)-Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | 4.144/12 |
| CPC 01 (R1)-Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 3.566/08 |
| CPC 02 (R2)-Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | 4.526/16 |
| CPC 03 (R2)-Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 1.720/19 |
| CPC 04 (R1)-Ativo Intangível | 4.534/16 |
| CPC 05 (R1)-Divulgação sobre Partes Relacionadas | 4.636/18 |
| CPC 10 (R1)-Pagamento Baseado em Ações | 3.989/11 |
| CPC 23-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | 4.007/11 |
| CPC 24-Evento Subsequente | 3.973/09 |
| CPC 25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | 4.535/16 |
| CPC 27-Ativo Imobilizado | 4.534/16 |
| CPC 33 (R1)-Benefícios a Empregados | 4.424/15 |
| CPC 41 - Resultado por Ação | 3.959/19 |
| CPC 46-Mensuração do Valor Justo (*) | 4.748/19 |

(*) A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720/19 e na Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras segundo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações financeiras semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mudanças do patrimônio líquido e as notas explicativas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 30 de março de 2021. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Aparuração de resultados:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações em operações compromissadas, remuneradas a taxas preferidas, lastreadas em títulos públicos (LTNs) e com data de retorno em 1 de janeiro de 2021. São mensurados e apresentados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos incorridos, calculados em base pro rata diu. c) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas: i) Títulos para negociação-títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. ii) Títulos disponíveis para venda-títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. iii) Títulos mantidos até o vencimento-títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos

auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. A DTMV não possui títulos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2020. A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgadas por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados "pro rata", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. d) **Mensuração do valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a cota de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor de liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados. e) **Despesas antecipadas:** São contabilizadas as despesas de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. f) **Imobilizado de uso e intangível:** Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: máquinas, instalações, equipamentos, móveis e utensílios-10% e equipamentos de processamento de dados-20%. A amortização de intangível é calculada com base no método linear pela taxa anual de 20%. g) **Provisões para riscos ativos e passivos contábeis:** As provisões são registradas de acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil-BACEN de 16 de dezembro de 2009. As contingências ativas e passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com as assessorias jurídicas. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como sendo provável e se possa mensurar o valor com razoável segurança. As contingências passivas classificadas como possíveis são apenas divulgadas nas demonstrações financeiras. h) **Outros ativos e passivos:** Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base pro rata diu) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base pro rata diu). i) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, sobre os lucros que excederem R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro ajustado antes do imposto de renda. j) **Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41-Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20. A Distribuidora não possui títulos **recorrentes e não recorrentes:** Com a emissão da Resolução BC/192 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4º, define resultado não recorrente como aquele que: I - não esteja relacionado ao valor de mercado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|---|--------------|--------------|------------|------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Rendas a receber (1) | 1.318 | 1.358 | | |
| IR e CS a compensar | 23 | 290 | | |
| Devedores por depósito em garantia | 26 | 4 | | |
| Valores a receber de sociedades ligadas | 8 | 210 | | |
| Devedores diversos (2) | 413 | 210 | | |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 164 | 147 | | |
| Total | 2.348 | 2.009 | | |

Curto Prazo
(1) Valores a receber referentes a serviços prestados para clubes de investimentos e fundos. (2) Valores a receber referentes a gastos com constituição de fundos que são reembolsados posteriormente.
b) Outros obrigações:
Fiscas e previdenciárias
Negociação e intermediação de valores
Despesas com pessoal
Valores a pagar sociedades ligadas
Outras despesas administrativas

| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|---|--------------|--------------|------------|------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Rendas a receber (1) | 1.318 | 1.358 | | |
| IR e CS a compensar | 23 | 290 | | |
| Devedores por depósito em garantia | 26 | 4 | | |
| Valores a receber de sociedades ligadas | 8 | 210 | | |
| Devedores diversos (2) | 413 | 210 | | |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 164 | 147 | | |
| Total | 2.348 | 2.009 | | |

Curto Prazo
(1) Valores a receber referentes a serviços prestados para clubes de investimentos e fundos. (2) Valores a receber referentes a gastos com constituição de fundos que são reembolsados posteriormente.
b) Outros obrigações:
Fiscas e previdenciárias
Negociação e intermediação de valores
Despesas com pessoal
Valores a pagar sociedades ligadas
Outras despesas administrativas

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | | | | |
|---|-------------|---------|------------|------|
| e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de Reais) | | | | |
| | 2º Semestre | | Exercícios | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 2.295 | (400) | 1.895 | |
| Prejuízo do exercício | - | - | (903) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 2.295 | (400) | 992 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 2.295 | (1.303) | 992 | |
| Capital Integralizado | 1.500 | - | 1.500 | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 6 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 3.795 | (1.297) | 2.498 | |
| Saldos em 30 de junho de 2020 | 3.795 | (1.296) | 2.498 | |
| Aumento de capital | - | - | - | |
| Prejuízo do semestre | - | - | (1) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 3.795 | (1.297) | 2.498 | |

13. Saldos e transações entre partes relacionadas: 2020 2019
Valores a receber de partes relacionadas
CM Capital Markets CCTVM Ltda 4 -
Outras obrigações diversas - credores diversos
CM Capital Markets CCTVM Ltda 214 -
A Distribuidora não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários. **14. Gerenciamento de risco:** Maiores detalhes sobre o processo de controle de risco podem ser consultados no site http://www.cmcapitalmarkets.com.br/brasil/GestaoRisco.html. a) Risco operacional (Resolução Banco Central do Brasil-BACEN nº 3.380): A Distribuidora possui definida uma política institucional do gerenciamento do risco operacional com unidade estruturada para monitorar e gerenciar possíveis eventos que possam prejudicar a continuidade das operações. Neste processo foram identificadas as áreas críticas e procedimentos internos que visam minimizar e reduzir o risco operacional. A estrutura é suportada por sistemas que possibilitam a identificação de potenciais problemas e é utilizada pelo Gestor para avaliar monitorar e controlar os riscos inerentes à atividade da Distribuidora. b) Risco de mercado (Resolução Banco Central do Brasil-BACEN nº 3.464): O estabelecimento de estrutura de gerenciamento de risco de mercado está definido por meio da Resolução nº 3.464/07. O gerenciamento de risco de mercado na Distribuidora é efetuado de forma centralizada, pela área de Compliance e Risco que mantém independência com relação à mesa de operações e demais áreas operacionais da Distribuidora. A organização se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos. c) Limites Operacionais: A apuração dos índices de limites operacionais é feita com base nos saldos da CM Capital CCTVM que é a entidade líder do conglomerado prudencial, conforme abaixo. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, podendo atingir o valor de mínimo de 10,5% a 11,125% do Patrimônio Exigido. A partir da resolução nº 4.193 de 01 de março de 2003, entrou em vigor as novas regras de mensuração do capital regulatório pelo Método Padronizado de Basileia III, com uma metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

| | 2020 | | 2019 | |
|--|--------|--------|------|------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Parcela referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR) | 1.432 | 474 | | |
| Parcela de risco de mercado | | | | |
| Parcela de risco operacional | 11.087 | 8.860 | | |
| Patrimônio de referência exigido (PRE) | 12.519 | 9.334 | | |
| Patrimônio de referência (PR) | 30.823 | 14.976 | | |
| Fator de risco - 9,875% sobre o PR | 3.043 | 1.479 | | |
| Margem sobre capital Principal | 27.780 | 13.498 | | |
| Adicional Conserv. de Capital 1,7482% sobre o RWA | (486) | (236) | | |
| Margem Final | 27.294 | 13.262 | | |
| Índice de Basileia (%) fator de risco (PRE) | 19,09 | 12,84 | | |

a) Gerenciamento de capital: O grupo econômico-financeiro da Corretora realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma centralizada. A instituição líder do conglomerado e responsável pelos respectivos gerenciamentos de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital consolidadas, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado previsto. i. Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE, com respectivos indicadores calibrados conforme a diretoria de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reavaliados em resposta a relatos de administração. ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos. iii. Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do Conselho de Administração, que se reúne periodicamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa
Disponibilidades em moeda nacional
Total
5. Instrumentos Financeiros-Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Disponível para venda" ajustados pelo seu valor justo na data do balanço e ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo registrados em "Outros resultados abrangentes acumulados" no patrimônio líquido. O valor do custo refere-se ao valor efetivamente desembolsado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e o valor de mercado desses títulos foi obtido por meio de cotações de taxas de mercado, quando aplicável, e validado por meio de comparação com informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Não houve investimentos em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **6. Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Distribuidora utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento. Nível 2: Preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos similares ou baseado em outro método de avaliação, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e Nível 3: Técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. A Distribuidora não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Administradores e Cotistas da CM Capital Markets Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CM Capital Markets Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CM Capital Markets Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Milena Oliveira Rodrigues de Moraes - Contadora - CRC: SP319915/0-9
Nossos concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Idônea, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossas trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021
DELOTTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/0-8
Guilherme Jorge Dagli Júnior - Contador - CRC nº 1 SP 232225/0-0

São Paulo, 30 de março de 2021
DELOTTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/0-8
Guilherme Jorge Dagli Júnior - Contador - CRC nº 1 SP 232225/0-0

São Paulo, 30 de março de 2021
DELOTTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/0-8
Guilherme Jorge Dagli Júnior - Contador - CRC nº 1 SP 232225/0-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://emails.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/047C-BB27-D77B-13FD> ou vá até o site <https://emails.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 047C-BB27-D77B-13FD



Hash do Documento

B56D6229BA229E7CFB92A9FBFA6B66C29A3759930C82CA22B8604CE5B3B3A88A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2021 é(são) :

- Francisco Mesquita Neto (Signatário - S.A O ESTADO DE S PAULO) - 956.157.418-72 em 01/04/2021 11:33 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - S A O ESTADO DE S PAULO - 61.533.949/0001-41

